

SUMÁRIO

NOTAS INICIAIS	23
-----------------------------	-----------

1

INTRODUÇÃO.....	25
------------------------	-----------

2

ITINERÁRIO DO CONTROLE DISCIPLINAR	29
---	-----------

2.1. PREMISSAS METODOLÓGICAS	29
------------------------------------	----

2.2. O CONTROLE DISCIPLINAR E OS VENTOS MODERNOS.....	33
---	----

2.3. O CONTROLE FISCALIZADOR DA COROA.....	52
--	----

2.4. O IMPÉRIO E A FALACIOSA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL.....	67
--	----

2.5. O PERÍODO REPUBLICANO E A INSPEÇÃO “SUPREMA”	73
---	----

2.6. O CONTROLE DA INDEPENDÊNCIA E A INSTABILIDADE DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS.....	77
--	----

2.7. A LEI ORGÂNICA E AS DISPOSIÇÕES DISCIPLINARES	82
--	----

2.8. O CONTROLE DISCIPLINAR PÓS-CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	86
--	----

2.9. O SISTEMA TRÍPLICE DE GARANTIAS	101
--	-----

3

ÓRGÃOS DISCIPLINARES	107
-----------------------------------	------------

3.1. CONSELHOS DA MAGISTRATURA	107
--------------------------------------	-----

3.1.1. Considerações iniciais	107
-------------------------------------	-----

3.1.2. <i>Conseil Supérieur de la Magistrature</i>	109
--	-----

3.1.3. <i>Consiglio Superiore della Magistratura</i>	115
--	-----

3.2. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA.....	119
--	-----

3.2.1. Criação e composição	119
-----------------------------------	-----

3.2.2. Atribuições constitucionais	123
3.2.2.1. Atividade correcional	125
3.2.2.2. Atividade regulatória.....	127
3.2.2.3. Gestão de dados	134
3.2.2.4. Coordenação das Corregedorias	136
3.2.2.5. Inspeções e correições.....	138
3.2.2.6. Correição parcial.....	140
3.3. VINTE ANOS DEPOIS: FUNÇÃO DISCIPLINAR REDUZIDA?	144
3.4. CORREGEDORIAS-GERAIS OU LOCAIS	147
3.5. CONSELHO DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARANÁ.....	151

4

O PAPEL SEDUTOR DA INDEPENDÊNCIA JUDICIAL	155
4.1. INDEPENDÊNCIA SOB A PERSPECTIVA GLOBAL	155
4.2. INDEPENDÊNCIA JUDICIAL NA ÓRBITA NACIONAL	168
4.2.1. A independência judicial e os valores pessoais.....	169
4.2.2. A independência, pressões e ameaças	173
4.3. A INDEPENDÊNCIA E AS RESTRIÇÕES.....	174
4.4. INDEPENDÊNCIA MONITORADA: DIREITO SANCIONADOR.....	176
4.5. RESPONSABILIDADE DOS JUÍZES IRRESPONSÁVEIS DE CAPPELLETTI.....	181

5

CONTROLE DISCIPLINAR E ACCOUNTABILITY	195
5.1. JULGANDO A NÓS MESMOS.....	195
5.2. NOÇÕES DE ACCOUNTABILITY	198
5.3. ACCOUNTABILITY NO PODER JUDICIÁRIO	208
5.3.1. <i>Accountability</i> jurisdicional	211
5.3.2. <i>Accountability</i> nos órgãos disciplinares.....	219
5.4. O CONTROLE DISCIPLINAR DO ATO JUDICIAL	232
5.4.1. A eterna dicotomia entre <i>accountability</i> e independência judicial ..	233
5.4.2. Limites do controle administrativo-disciplinar.....	236
5.4.2.1. Competência administrativa <i>versus</i> competência judicial	236

5.4.2.2. Reclamação Disciplinar (RD) contra matéria de índole judicial.....	240
5.4.2.3. Reclamação Disciplinar (RD) como supedâneo de recurso	253
5.4.2.4. A zona limítrofe entre o erro e a falta disciplinar.....	257
5.4.2.5. Questão judicializada	259
5.4.3. INCURSÕES NA ATIVIDADE JURISDICIONAL PARA ANÁLISE DE QUESTÕES DISCIPLINARES	264
5.4.3.1. A apreciação da questão disciplinar perpassa pela atuação jurisdicional.....	264
5.4.3.2. O órgão disciplinar e o enfrentamento de decisões judiciais propriamente ditas	270
5.4.3.3. Alteração ou suspensão de ato judicial pela via disciplinar	280
5.4.3.4. Panorama dos Processos Administrativos Disciplinares (PADs).....	290
NOTAS FINAIS	315
REFERÊNCIAS	321